



CHEGA DE ESCRAVIDÃO

Jornal do Sindicato Geral Autônomo do Rio de Janeiro | Filiado à FOB | Edição 11 / jan-jun 2024

GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL: Movimento perde chance de atacar o arcabouço fiscal

No dia 11 de março os técnicos administrativos em Educação, os TAEs, das universidades federais, reunidos nacionalmente na FASUBRA, deflagraram greve por tempo indeterminado.

No dia 03 de abril os servidores públicos da educação básica, profissional e tecnológica, cuja representação nacional é do SINASEFE, também deflagraram greve por tempo indeterminado.



ilustração: [instagram.com/coletivoeducartum](https://www.instagram.com/coletivoeducartum)

Por sua vez, o setor das instituições federais do ANDES, sindicato nacional dos docentes das universidades, aprovou indicar para as bases da categoria deflagração de greve por tempo indeterminado a partir do dia 15 de abril.

O movimento grevista foi deflagrado diante da proposta de reajuste salarial zero para os servidores no ano de 2024. Os grevistas reivindicam recomposição salarial de 34% para os TAEs e 22% para os docentes, além da reestruturação das carreiras.

Depois de mais de um mês de greve dos TAEs das universidades, o governo federal apresentou aumentos dos auxílios alimentação, saúde suplementar e auxílio creche, e aumento salarial somente para os próximos dois anos, 9% em janeiro de 2025 e 3,5 em maio de 2026. Quer dizer: manutenção do arrocho salarial.

O governo se mostrou irredutível com sua política de arrocho salarial, impondo zero de reajuste salarial em 2024 aos servidores. Além disso, chegou a ameaçar parar as negociações com categorias que deflagrem greve no próximo período.

O movimento grevista não tinha outra alternativa que não fosse a radicalização das lutas. Isso para garantir alguma recomposição salarial e atacar o arrocho fiscal do governo. Era necessário a adoção da ação direta, ocupação de prédios públicos e o fechamento de vias e rodovias. Somente isso seria capaz de conduzir os servidores públicos federais da educação à conquista de suas reivindicações e impôr uma derrota às políticas neoliberais em curso. No entanto, as direções sindicais e a maior parte das categorias estão acostumadas a décadas de greves longas, protocolares e com base em cartes de ofício ao governo e as instituições de ensino.

A FÚRIA DAS MULHERES ABRIRÁ CAMINHO!

Esmagar o PL 1904/24 com ação direta

Nesta quarta-feira (13) foi aprovado regime de urgência no Projeto de Lei 1904/24 que equipara o aborto ao crime de homicídio, mesmo em situações previstas na legislação atual. Isso significa que o PL pode ser votado diretamente em plenário na Câmara dos Deputados, sem a necessidade de passar por comissões.

O PL 1904/24 reacionário, anti-mulher e anti-pessoas que gestam, é de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Manifestações contra o projeto antiaborto já acontecem pelo Brasil.

O projeto ficou conhecido como PL da Gravidez Infantil por atingir, principalmente, crianças vítimas de estupro, que podem ficar proibidas de realizar o aborto depois de 22 semanas de gestação.

A proposta prevê que a pena para a vítima do estupro que abortar pode ser maior que a prevista para um condenado pelo abuso sexual. O aborto igualado ao crime de homicídio simples, conforme o texto da proposta, prevê pena de 6 a 20 anos de prisão.

É preciso dar continuidade as manifestações. Só ação direta das mulheres cis e pessoas que gestam poderá esmagar esse projeto de lei reacionário.



ilustração: Pri Barbosa: [instagram.com/priii_barbosa](https://www.instagram.com/priii_barbosa)



ilustração: Nando Motta: [instagram.com/desenhosdonando/](https://www.instagram.com/desenhosdonando/)

DIA DAS MULHERES:

Nós, mulheres trabalhadoras, lutamos diariamente contra o machismo, a exploração e a opressão nessa sociedade desigual e injusta. Sempre no dia 8 de março, dia internacional da mulher trabalhadora, lembramos como um dia de luta para exigirmos nossa libertação, o fim dos assédios, da violência e dos feminicídios.

Temos uma dupla, muitas vezes, tripla jornada de trabalho. Além do trabalho para nosso sustento e de nossas famílias, dos afazeres domésticos ainda cuidamos de nossos filhos, idosos e demais pessoas queridas próximas.

Apesar da importância do nosso trabalho, não somos reconhecidas e nem devidamente recompensadas, muito pelo contrário. Somos mais da metade da força de trabalho do país, chefiamos, ou seja, somos responsáveis pelo sustento de 45% das famílias brasileiras. Ou seja, ao longo do tempo só temos tido mais trabalho e menos tempo livre.

Mas, segundo o IBGE, nós estamos com mais desemprego, pois a taxa de desemprego entre mulheres, principalmente pretas e pardas (negras), são maiores do que de homens. Os salários são mais baixos do que dos homens, principalmente se comparado ao salário

Dia de luta e de luto

dos homens brancos, que recebem em média 3.574 reais mensais, enquanto que nós trabalhadores pretas e pardas e recebemos 1771 reais.

Se essa sociedade capitalista nos explora e nos oprime com o machismo e com o racismo, nós respondemos com luta e resistência, com solidariedade e ajuda mútua. Multipliquem-se os coletivos de luta das mulheres trabalhadoras, com acolhimento, resistência, autodefesa e conquista de direitos nos seus locais de trabalho, estudo e moradia.

Salários Iguais entre homens e mulheres!

Licença parental remunerada de seis meses para homens e mulheres!

Criação de fundo público para remuneração de trabalho doméstico de mulheres das classes trabalhadora!

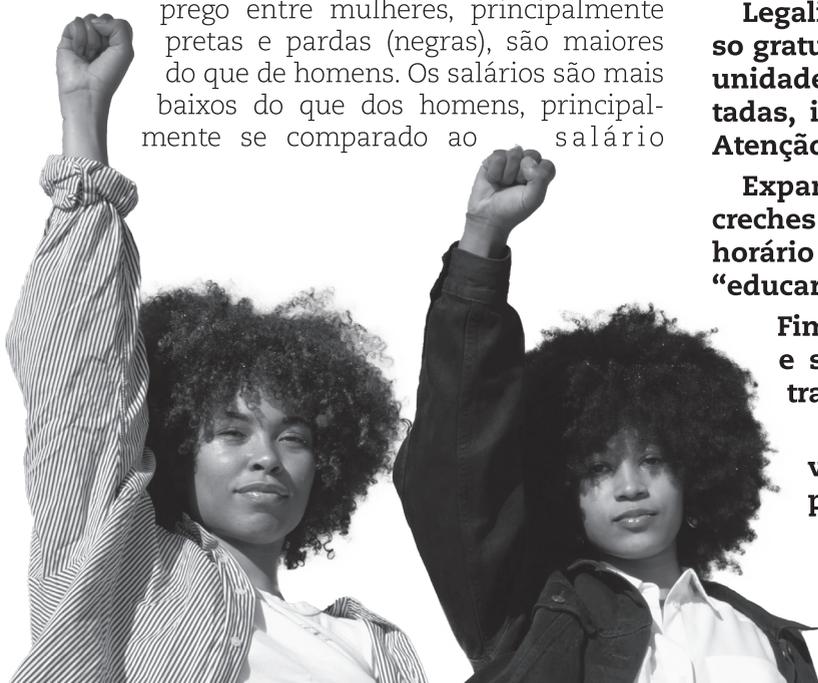
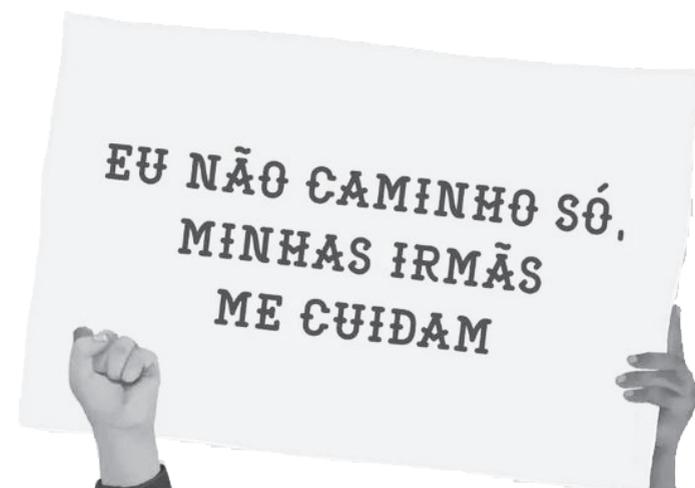
Fim da violência obstétrica!

Legalização do aborto e acesso gratuito pelo SUS em todas as unidades hospitalares capacitadas, inclusive as da Rede de Atenção Psicossocial!

Expansão da rede pública de creches com funcionamento em horário integral, baseadas em “educar, cuidar e brincar”!

Fim dos assédios morais e sexuais nos locais de trabalho e estudo!

Fim de todas as violências físicas e psicológicas!



Conheça e filie-se a Ação Direta Estudantil - RECC
Movimento estudantil classista e combativo!
Nas redes sociais:
@recc_rj / @lutarecc
E-mail: ADE_RECC-RJ@protonmail.com
Página: recc.lutafob.org/

Conheça e filie-se ao Sindicato Geral Autônomo do Rio de Janeiro, SIGA-RJ.
Somos filiados a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil, a FOB,
e reunimos trabalhadores e trabalhadoras de vários ramos, estudantes, desempregados e
desempregadas e militantes populares. Contato: WhatsApp 21 97317-5671

ACOMPANHE NOSSAS REDES:
www.lutafob.org
twitter.com/lutafob
email: sigarjjob@protonmail.com

instagram.com/chega_de_escravidao
instagram.com/lutafob
instagram.com/siga.fob.rj

JUSTIÇA PARA JHONATA!

ilustração: Latuff



No dia 7 de março, os movimentos de familiares vítimas da violência do Estado, defensores dos direitos humanos e demais militantes se reuniram em protesto contra a decisão do tribunal do júri que condenou o assassino de Jhonatha de Oliveira Lima, o PM Alessandro Marcelino de Souza, por homicídio culposo, cuja pena máxima é de 3 anos de prisão.

Ana Paula de Oliveira, mãe de Jhonatha, manifestou toda a sua revolta contra um sistema de justiça racista que defende os poderosos e vira as costas para o povo preto e periférico.

Jhonatha foi executado aos 19 anos com um tiro nas costas no ano 2014. Então são 10 anos de luta por justiça, de luta contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica. Longe de ser uma luta em vão, trata-se de uma luta do povo por justiça e pelo direito à vida.



ilustração: Ribs: [instagram.com/o.ribs](https://www.instagram.com/o.ribs)

A FARSA DO PLP DOS APLICATIVOS

No início de março, o governo Lula enviou ao congresso um Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta o trabalho dos motoristas de aplicativo que transportam pessoas com veículos de 4 rodas. O PLP 12/2024 é uma farsa, pois está sendo apresentado como uma conquista dos trabalhadores sem ser. Ele é um retrocesso para a categoria e também um laboratório cruel que os governos e patrões estão experimentando novas formas de explorar ainda mais toda classe trabalhadora.

O PLP coloca os motoristas de aplicativo em uma nova categoria: autônomo plataformizado. Isso é uma aberração que coloca mais deveres para o trabalhador, não garante direitos relevantes e ainda protege as plataformas de processos trabalhistas.

O salário mínimo é o primeiro que morre nesta história. Pelo projeto, o trabalhador vai poder trabalhar até 12 horas por aplicativo e receberá 32 reais por hora. Mas atenção, somente irão contar as horas que estiver realizando corrida. O tempo de espera, em que o trabalhador esta disponível, não será contado. Imagine se o supermercado pagasse os caixas somente pelas horas que estão atendendo o cliente, imagine se os frentistas fossem pagos somente pelo momento em que estão abastecendo os carros. Seria um absurdo.

Dos 32 reais, apenas 8 serão destinados para remuneração direta do trabalhador, enquanto o resto será destinado para os gastos de manutenção do veículo e combustível. Contraditoriamente, o que era para ser o piso salarial, vai ser o teto de salário por conta que permitirá que as plataformas mantenham o valor das corridas o mais próximo possível destes números através de seu algoritmo.

Assim, reivindicamos:

- **Ganhos reais para os trabalhadores de aplicativo.**
- **Responsabilizar as empresas pelos custos que estão só nas costas dos motoristas.**
 - **Segurança para o trabalhador contra o controle arbitrário das plataformas que o desligam sem nem o direito de se defender.**
- **Garantia de uma jornada de trabalho digna que não prejudique sua saúde, sua vida social e nem ponha em risco a vida.**
 - **Seguridade previdência com qualidade.**
- **Fim da unicidade sindical pela livre associação dos trabalhadores sem a tutela do Estado.**

Leia o texto na íntegra:

<https://bit.ly/lutafobtrabalhadoresapp>



ilustração: Nando Motta:
[instagram.com/desenhosdonando/](https://www.instagram.com/desenhosdonando/)



1º DE MAIO: DIA DE LUTA E DE LUTO!

O dia 01 de Maio é um dia para lembrar aqueles que lutaram pela melhoria da condição de vida e trabalho. Trabalhadores que foram mortos pelo Estado e pelos empresários porque lutaram por jornadas de 8h de trabalho. Lutaram pelo Socialismo. Pelo Autogoverno do povo. Por Terra e Liberdade. Também é um dia para continuarmos essa luta. Para destruímos o sistema capitalista que a cada dia nos maltrata mais. Que nos adoce mais. Que nos mata. Que rouba terra. Esse sistema faz com que passemos mais tempo com o patrão do que com nossos filhas e filhos e pessoas queridas.

Lutamos por melhorias imediata como passar mais tempo com nossa família ao invés de passar mais tempo com o patrão. Lutamos também pelo pagamento de salário para trabalho das mulheres que cuidam das casas, crianças e idosos. Lutamos por Terra e Liberdade. Sabemos que a libertação do sofrimento desse mundo só virá de nossas próprias mãos. Construindo um mundo novo. Um sistema novo. Baseado na solidariedade e no amor. Isso depende de nós. Não devemos acreditar em patrões, políticos e mercadores da fé do povo.

É NÓS POR NÓS.

O MOVIMENTO VIDA ALÉM DO TRABALHO E A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DOS APP'S

A classe trabalhadora tem protagonizado duas importantes mobilizações para que melhore suas condições de vida e trabalho. O primeiro é o movimento Vida Além de Trabalho (VAT) que tem pautado o fim da escala 6 x 1, que é desumana e implica em péssima condição de vida e trabalho. É FUNDAMENTAL somar nessa luta, pela fim dessa escala e pela redução da jornada de trabalho de 44h para 30h semanais. O outro movimento é pela regulamentação do trabalho via aplicativo, como das plataformas como UBER. Depois de apresentação um projeto de lei que na verdade melhorava a situação para as empresas, os trabalhadores de aplicativo se uniram e pautaram mudanças para o projeto de lei melhorar as condições de trabalho e proteja os trabalhadores das empresas de plataformas.

FIM DA ESCALA 6X1!

AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO!

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE 8h PARA 6h!

LIBERDADE DE GREVE E ORGANIZAÇÃO!

FIM DAS PERSEGUIÇÕES!

REDUÇÃO DO PREÇO DOS ALIMENTOS!

REDUÇÃO DO PREÇO DAS PASSAGENS!



ilustração: Caio Gomez: instagram.com/gomezstudios

O Núcleo Jurídico Popular Esperança & Benjamin, o NEB, é uma iniciativa de assessoria jurídica para os trabalhadores e trabalhadoras que tiveram seus direitos desrespeitados.



Faça sua denúncia!
 WhatsApp 21 973175671
 E-mail njp_neb@protonmail.com
 Nosso Instagram: @nucleoesperancaebenjamin